

**REQUERIMENTO Nº / 2023**

Requer realização de Audiência Pública com o tema “Violência Policial e violações de direitos humanos na área de segurança pública em São Paulo”, bem como o envio de nota de repúdio aos órgãos responsáveis.

Senhores Vereadores membros da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo:

CONSIDERANDO a competência das Comissões Permanentes de “realizar audiências públicas”, de acordo com o artigo 46, inciso V, do Regimento Interno desta Casa;

CONSIDERANDO a competência específica desta Comissão, prevista no artigo 46, inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa, de “receber, avaliar e proceder à investigação de denúncias relativas às ameaças ou violações de direitos humanos”;

CONSIDERANDO que a força policial brasileira é a que mais mata no mundo, segundo relatório da Anistia Internacional de 2015¹, e que esse quadro não se alterou nos últimos anos. Pelo contrário, o número de mortes por agentes policiais cresceu².

¹ VILLELA, Flávia. “Anistia Internacional: direitos humanos pioraram no Brasil em 2015”. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/noticias/entre-todas-do-mundo-a-policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-diz-anistia-internacional/>

² TOKARNIA, Mariana. “Mortes por intervenção policial quase triplicam em 10 anos no país”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-07/mortes-por-intervencao-policial-quase-triplicam-em-10-anos-no-pais>



CONSIDERANDO que, para o pesquisador Dennis Pacheco, a violência policial está ligada ao colonialismo cristalizado na América Latina, que se utiliza da violência como forma de “resolução” de conflitos em sociedades desiguais, naturalizando a desumanização de determinados grupos étnicos subalternizados (em especial populações amefricanas: indígenas, tradicionais e negras)³.

Ainda segundo Pacheco, o cenário de abuso da força é intensificado no Brasil “pelo fato de não termos, ao término da mais recente ditadura, (re)democratizado de fato a segurança pública, que segue guiada por uma lógica racista, autoritária e beligerante, incompatível com os direitos fundamentais”.

CONSIDERANDO que o racismo institucional nas forças policiais fica demonstrado em números: no Brasil, 83,1% das vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais em 2022 eram negras, e a taxa de letalidade policial por 100 mil habitantes de negros era mais de quatro vezes superior à de brancos no período.

CONSIDERANDO que a Polícia Militar do Estado de São Paulo não fica fora desse quadro de violência institucionalizada.

Segundo levantamento realizado pelo Instituto Sou da Paz com base em dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP) de São Paulo, houve aumento de 78,5% das mortes cometidas por policiais em serviço entre janeiro e agosto de 2024 na comparação com o ano anterior, totalizando 441 vítimas até agosto⁴.

³ PACHECO, Dennis. “Por que as polícias brasileiras se destacam entre as mais letais da América Latina?”. Disponível em:

<https://fontesegura.forumseguranca.org.br/por-que-as-policias-brasileiras-se-destacam-entre-as-mais-letais-da-america-latina/>

⁴ BOEHM, Camila. “Mortes cometidas por policiais em serviço aumentam 78,5% em São Paulo”. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-10/mortes-cometidas-por-policiais-em-servico-aumentam-78-5-em-sao-paulo>



O aumento de mortes não está passando despercebido pela população e, recentemente, os inúmeros casos de violência policial noticiados têm gerado revolta na sociedade civil, devendo ser destacados alguns destes casos ocorridos na cidade de São Paulo⁵:

Um estudante de medicina foi morto com um tiro à queima-roupa, durante uma abordagem policial. No boletim de ocorrência, os policiais alegaram que o jovem teria tentado pegar a arma de um deles, mas esta versão foi desmentida por gravações do local.

Um jovem foi executado com 11 tiros pelas costas por um policial à paisana em frente a um mercado. O jovem é acusado de furtar quatro pacotes de sabão. O policial alegou que agiu em legítima defesa, mas as gravações desmentem sua versão.

Um policial militar agrediu e jogou um homem do alto de uma ponte durante uma abordagem. Segundo a vítima, não houve qualquer motivo para tanto, e os PMs não pediram seus documentos, nem perguntaram seu nome.

Um homem foi agredido e detido por policiais militares durante atendimento da Prefeitura de São Paulo a moradores de rua. O policial deu chutes e aplicou um "mata-leão", sendo que este golpe foi proibido pela corporação em 2020. Segundo testemunhas, agentes municipais atendiam pessoas em situação de rua, quando uma mulher teria sido agredida por policiais militares que estavam na praça. O homem que levou o mata-leão teria ido questionar a conduta dos policiais⁶.

⁵ G1. "SP acumula casos de violência policial recentes; no ano, mortes pela PM no estado aumentaram 46%". Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/12/04/sp-acumula-casos-de-violencia-policial-recentes-no-ano-mortes-pela-pm-no-estado-aumentaram-46percent.ghtml>

⁶ G1. "PM dá 'mata-leão' e chutes em homem no Centro de SP durante atendimento da Prefeitura a moradores de rua". Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/12/07/pm-da-mata-leao-e-chutes-em-homem-no-centro-de-sp-durante-atendimento-da-prefeitura-a-moradores-de-rua.ghtml>



CONSIDERANDO que o aumento de mortes por PMs durante o Governo Estadual Tarcísio de Freitas está sendo ligado - inclusive por integrantes das forças policiais⁷ - à postura permissiva do Governador com a violência policial.

Durante a Operação Verão, na Baixada Santista, Tarcísio de Freitas chegou a rebater as denúncias de abuso policial feitas pelas entidades de direitos humanos com a seguinte frase: "O pessoal pode ir na ONU, na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não estou nem aí". Em seguida, disse que: "A nossa polícia é extremamente profissional. É uma pena que toda hora as pessoas querem colocar a polícia na posição de criminosa. Não é isso, esses caras estão defendendo a gente, a nossa sociedade. Estão vestindo a farda para ir enfrentar criminoso".

Além disso, em fevereiro deste ano, a mídia apontou que o Secretário Estadual de Segurança Pública, Guilherme Derrite, alterou a configuração da cúpula da Polícia Militar, realizando a troca de 34 coronéis, o que teria gerado o recrudescimento na política de segurança do estado⁸.

Ainda segundo noticiado na mídia⁹, a Polícia Militar na gestão Tarcísio mudou a política de afastamento dos policiais envolvidos em irregularidades. Embora oficialmente os afastamentos não tenham acabado, na prática os PMs envolvidos em ocorrência com morte geralmente ficam apenas um dia longe das ruas, durante avaliação feita por superiores, e voltam ao trabalho quase que automaticamente. Além disso, houve redução no rigor de apurações e até a falta de acompanhamento da Corregedoria nos locais de confrontos seguidos

⁷ PAGNAN, Rogério e QUEIROZ, Claudinei. "Em 6 pontos, como a gestão Tarcísio pode ter influenciado aumento da violência policial". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/12/em-6-pontos-como-a-gestao-tarcisio-pode-ter-influenciado-aumento-da-violencia-policial.shtml>

⁸ PAGNAN, Rogério e QUEIROZ, Claudinei. "Em 6 pontos, como a gestão Tarcísio pode ter influenciado aumento da violência policial". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/12/em-6-pontos-como-a-gestao-tarcisio-pode-ter-influenciado-aumento-da-violencia-policial.shtml>

⁹ PAGNAN, Rogério e QUEIROZ, Claudinei. "Em 6 pontos, como a gestão Tarcísio pode ter influenciado aumento da violência policial". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/12/em-6-pontos-como-a-gestao-tarcisio-pode-ter-influenciado-aumento-da-violencia-policial.shtml>



de morte, algo que existia antes e aumentava as chances de encontrar eventuais irregularidades.

Tarcísio de Freitas, ainda, posicionou-se contra as câmeras corporais nos uniformes dos agentes policiais, e afirmou que os equipamentos não têm efeito na segurança da população.

Cabe citar também a representação proposta pelo deputado estadual de São Paulo Simão Pedro Chiovetti ao Ministério Público de São Paulo, na qual o deputado pede a investigação da criação de uma nova ouvidoria vinculada diretamente à Secretaria da Segurança Pública, na tentativa de enfraquecer a ouvidoria já existente e, assim, minar a participação ativa da população no controle externo e na transparência da atividade policial¹⁰.

CONSIDERANDO o exposto, **REQUEIRO:**

1. O envio ao Governador do Estado de São Paulo e ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo do texto do presente requerimento como nota de repúdio à violência policial, bem como à postura permissiva de ambos como representantes do Poder Público.
2. A realização de Audiência Pública com o tema “Violência Policial e violações de direitos humanos na área de segurança pública em São Paulo”, no dia 12 de dezembro de 2024, às 18 horas, para que esta Comissão possa discutir, averiguar e cobrar medidas para coibir a violação de direitos humanos por parte da Polícia Militar de São Paulo.
3. O envio de convites para a referida audiência aos representantes dos seguintes órgãos, instituições e entidades:
 - Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
 - Comando Geral da Polícia Militar de São Paulo;
 - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional São Paulo;

¹⁰ DUARTE, Catarina. “Deputado pede investigação contra Tarcísio e Derrite por prevaricação e improbidade”. Disponível em:

<https://ponte.org/deputado-pede-investigacao-contratarcisio-e-derrite-por-prevaricacao-e-improbidade/>



- Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos;
- Ministério Público do Estado De São Paulo;
- Ouvidoria das Polícias de São Paulo;
- Movimento Mães de Maio;
- Movimento Negro Unificado (MNU);
- Coalizão Negra Por Direitos;
- Outros Movimentos da Sociedade Civil.

No mais, permanecem meus votos de estima e consideração aos demais Colegas membros desta Comissão e dos servidores que a auxiliam.

São Paulo, 09 de dezembro de 2024.

LUNA ZARATTINI

Vereadora

Presidenta da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania